



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O Estudo Técnico Preliminar, em obediência ao Inciso I, Art. 18 da Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021, tem por objetivo planejar, descrever e analisar a necessidade, interesse público, evidenciar o problema a ser resolvido e sua melhor solução demonstrando a viabilidade técnica e econômica para contratação, fornecendo subsídios para elaboração do Projeto Básico e/ou Termo de Referência, caso se conclua pela sua viabilidade.

Este documento integra a fase de planejamento das contratações públicas, constituindo importante mecanismo de controle da eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos, a partir da identificação das necessidades do ente, análise da viabilidade e razoabilidade da contratação, apontamento das possíveis soluções, análise de impacto ambiental, descrição fiel dos produtos, informações orçamentárias, dentre outros.

Reputando que a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMMA é o órgão municipal que detém a atribuição legal de realizar a gestão pública e ambiental dos resíduos de serviço de saúde – RSS do município de Cacoal, exorta-se que o presente ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR tem por objetivo a definição precisa do objeto a ser licitado, apresentando subsídios necessários, a fim de deflagrar procedimento licitatório visando subsidiar solução apropriada para a quantidade de resíduos gerados e os cuidados exigidos na coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos dos Serviços de Saúde – RSS, dos Grupos “A”, “B”, “C” e “E” gerados no município de Cacoal e Distrito de Divinópolis de forma ambientalmente adequada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Estudo Técnico em curso.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 24626/2024

2. DA UNIDADE REQUISITANTE:

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMMA

3. DIRETRIZES NORTEADORAS DA PRETENSA CONTRATAÇÃO:

O presente Estudo Técnico Preliminar - ETP foi elaborado em atendimento as principais normativas, dentre elas:

- Constituição da República Federativa do Brasil/1988;



- Lei nº 14.133/2021 - Dispõe de Normas Gerais de Licitação e Contratação para as Administrações Públicas diretas, Autárquicas e Fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Lei nº 12.305/2010 - Dispõe da Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;
- Associação Brasileira das Normas Técnicas – ABNT;
- Resolução nº 306/2004, ANVISA - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;
- Resolução nº 222/2018, ANVISA - Dispõe sobre o Regulamento das Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde;
- NBR nº 10.004, ABNT - Dispõe sobre a classificação dos Resíduos sólidos;
- NBR nº 12.810/1993, ABNT - Dispõe sobre os procedimentos exigíveis para coleta interna e externa dos resíduos de serviços de saúde;
- NBR nº 14.652/2001, ABNT - Dispõe sobre o coletor transportador rodoviário de resíduos de serviços de saúde;
- NR nº 38/2022 - Dispõe sobre segurança e saúde no trabalho nas atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
- Resolução CONAMA nº 358/2005 - Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde;
- Resolução CONAMA nº 237/1997 - Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental;
- Resolução CONAMA nº 316/2002 - Dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos;
- Resolução ANTT nº 420/2004 – Dispõe que aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos;
- Lei Complementar nº 123/2016 – Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- Resolução CONFEA nº 1137/2023 - Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, o Acervo Técnico-Profissional e o Acervo Operacional;
- Lei nº 9.503/1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro;
- Decreto nº 96.044/1988 - Aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;



- Resolução Nº 168/2004 - Estabelece Normas e Procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames, a expedição de documentos de habilitação, os cursos de formação, especializados, de reciclagem;
- Decreto nº 10.936/2022 - Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Diante disso, dos quais possuem finalidade de instruir procedimento licitatório a ser deflagrado para contratação de empresa para Prestação de Serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final dos Resíduos dos Serviços de Saúde – RSS, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA.

4. DO OBJETO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADE:

4.1. DO OBJETO:

Constitui objeto dos presentes Estudos Técnicos Preliminares a instauração de procedimento administrativo com o propósito de examinar aspectos inerentes ao objeto e condições mercadológicas aplicáveis a sua execução, com intuito de assegurar as rotinas de coletas e destinação final de detritos hospitalares.

5. DA FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE/FINALIDADE PÚBLICA:

5.1. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE:

A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMMA é o Órgão Municipal que detém a atribuição legal de realizar a gestão pública e ambiental dos Resíduos de Serviços de Saúde - RSS do município de Cacoal e Distrito de Divinópolis.

A contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, obedecendo as Normas Técnicas vigentes.

Considera-se, de acordo com a Lei nº 12.305/2010, a qual institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, resíduos de serviços de saúde como os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos Órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – SNVS.

Os Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS) são todos aqueles resultantes de atividades exercidas nos serviços relacionados com o atendimento à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar e de trabalhos de campo; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento (tanatopraxia e somatoconservação); serviços de medicina legal; drogarias e farmácias inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos; importadores, distribuidores e produtores de materiais e controles para diagnóstico in vitro; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de



tatuagem, entre outros similares. (Resolução nº 358 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA).

Conforme já descrito no Documento de Formalização de Demanda - DFD que relatou e descreveu as atividades levadas a termo, bem como as ações a serem executadas pela empresa contratada para a realização dos serviços determinados no projeto. Os serviços que constituem objeto desta licitação deverão ser executados em restrita observância às especificações aqui predeterminadas pelo Município de Cacoal e Distrito de Divinópolis.

A coleta e tratamento dos resíduos hospitalares e outros materiais/produtos infectantes produzidos nas unidades básicas de saúde do município e demais dependências que produzem esse tipo de resíduos é de obrigação do Poder Público Municipal.

Tendo em vista as normatizações, a quantidade de resíduos gerados e os cuidados exigidos na coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos dos Serviços de Saúde, a contratação de empresa para Prestação de Serviços Contínuos de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final dos Resíduos dos Serviços de Saúde – RSS, dos Grupos “A”, “B”, “C” e “E” gerados no município de Cacoal e Distrito de Divinópolis, se faz imprescindível por tratar-se de serviço público contínuo e indispensável, sendo necessária a contratação de empresa para a realização do serviço devido ao fato deste município não possuir os equipamentos e os funcionários necessários e imprescindíveis para a sua realização, bem como não ter área disponível e autorizada para a Destinação Final dos Resíduos dos Serviços de Saúde - RSS.

A contratada recolherá, transportará, efetuará o devido tratamento e fará a destinação final de todos os resíduos infectantes de cada Unidade Hospitalar contemplada neste Estudo Técnico Preliminar – ETP e Termo de Referência, conforme ainda classificado nos grupos da Resolução nº 306/ANVISA/2004, 222/ANVISA/2018 abaixo especificadas:

Grupo A: Resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características podem apresentar risco de infecção ex.: bactérias, fungos, vírus, clamídias, micro plasmas, príons e parasitas, bolsas transfusionais de sangue, meios de cultura, membranas, órgãos e placentas dentro outros das subclasses abaixo:

A1 - Resíduos que necessitam de tratamento específico, tais como culturas e estoques de microrganismos; descarte de vacinas de microrganismos vivos ou atenuados; meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas. Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação, ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta. Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma.

A2 – Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de micro-organismos, bem como suas forrações, e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e



com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.

A3 – Peças anatômicas (membros) do ser humano; produto de fecundação sem sinais vitais, com peso menor que 500 gramas ou estatura menor que 25 centímetros ou idade gestacional menor que 20 semanas, que não tenham valor científico ou legal e não tenha havido requisição pelo paciente ou familiar.

A4 - Kits de linhas arteriais, endovenosas e deslizadores, quando descartados. Filtros de ar e gases aspirados de área contaminada; membrana filtrante de equipamento médico-hospitalar e de pesquisa, entre outros similares. Sobras de amostras de laboratório e seus recipientes contendo fezes, urina e secreções, provenientes de pacientes que não contenham e nem sejam suspeitos de conter agentes Classe de Risco 4, e nem apresentem relevância epidemiológica e risco de disseminação, ou microrganismo causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido ou com suspeita de contaminação com príons. Resíduos de tecido adiposo proveniente de lipoaspiração, lipoescultura ou outro procedimento de cirurgia plástica que gere este tipo de resíduo. Recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, que não contenha sangue ou líquidos corpóreos na forma livre. Peças anatômicas (órgãos e tecidos) e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos ou de estudos anatomopatológicos ou de confirmação diagnóstica. Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais não submetidos a processos de experimentação com inoculação de micro-organismos, bem como suas forrações. Bolsas transfusionais vazia ou com volume residual pós-transfusão.

A5 - Órgãos, tecidos, fluídos orgânicos, materiais perfuro cortantes ou escarificantes e demais materiais resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação com príons.

Grupo B: Resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade. Produtos hormonais e produtos antimicrobianos; citostáticos; antineoplásicos; imunossupressores; digitálicos; imunomoduladores; antirretrovirais, quando descartados por serviços de saúde, farmácias, drogarias e distribuidores de medicamentos ou apreendidos e os resíduos e insumos farmacêuticos dos Medicamentos controlados pela Portaria MS 344/98 e suas atualizações. Resíduos de saneantes, desinfetante; resíduos contendo metais pesados; reagentes para laboratório, inclusive os recipientes contaminados por estes. Efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores). Efluentes dos equipamentos automatizados utilizados em análises clínicas. Demais produtos considerados perigosos, conforme classificação da NBR 10.004 da ABNT (tóxicos, corrosivos, inflamáveis e reativos).

Grupo C: Quaisquer materiais resultantes de atividades humanas que contenham radionuclídeos e para os quais a reutilização é imprópria ou não prevista. São enquadrados neste grupo, todos os resíduos dos



grupos A, B e D contaminados com radionuclídeos, provenientes de laboratório de análises clínicas, serviços de medicina nuclear e radioterapia.

Devido as suas características de periculosidade, é aconselhável que os resíduos sejam manejados por pessoal capacitado.

Grupo E: Materiais perfuro cortantes ou escarificantes, tais como: Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; e todos os utensílios de vidro quebrado no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

Considerando a necessidade de se destinar corretamente os resíduos produzidos pela rede pública municipal de saúde, para que os mesmos não poluam o meio ambiente, e também não incorram em riscos a pessoas que o manuseiam, riscos à saúde humana, o acúmulo pode gerar odores e riscos de contaminação e também para que se cumpram as legislações pertinentes.

5.2. DA JUSTIFICATIVA DA FINALIDADE PÚBLICA:

Como Poder Público, temos a obrigação moral e legal de destiná-los com a melhor técnica disponível para que a população Cacoalense e o Meio Ambiente, não sofram ou venham a sofrer com o desmazelo do setor público, por não olhar com o cuidado necessário, para um ponto tão crucial da saúde pública, que é a destinação adequada dos resíduos gerados durante o atendimento à saúde de seus cidadãos.

Considerando que os RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE – RSS não poderão ser encaminhados a Aterro Sanitário comum, sem devido tratamento conforme legislações: (CONAMA 358/05, 306/04 E NBR 10.004 e Lei Federal 12.305/2010 Art. 1º).

Art. 3º Cabe aos geradores de resíduos de serviço de saúde e ao responsável legal, referidos no art. 1º desta Resolução, o gerenciamento dos resíduos desde a geração até a disposição final, de forma a atender aos requisitos ambientais e de saúde pública e saúde ocupacional, sem prejuízo de responsabilização solidária de todos aqueles, pessoas físicas e jurídicas que, direta ou indiretamente, causem ou possam causar degradação ambiental, em especial os transportadores e operadores das instalações de tratamento e disposição final, nos termos da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. (Grifo nosso).

A coleta e transporte inadequado desses resíduos podem trazer riscos a todos os funcionários envolvidos neste processo e à população em geral. A ausência de tratamento, quando necessário e a disposição final inadequada desses resíduos, pode ocasionar consequências ainda mais graves, como a contaminação do solo, do lençol freático e das águas superficiais, como rios, mares e córregos, além de contribuir para a proliferação de inúmeros vetores transmissores de doenças.

Nesse sentido, a necessidade de técnicas específicas durante todo o processo de manipulação de tais resíduos, diminuindo a incidência de doenças e degradação do meio ambiente. Diante dos fatos relatados podemos entender a importância do serviço a ser contratado.

6. DA PROSPECÇÃO DE MERCADO:



Em análise das possibilidades existentes no mercado local para atender a necessidade de contratação para a execução de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde - RSS, foi identificado a existência das seguintes soluções:

SOLUÇÃO 01:

Realizar a coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde - RSS com gerenciamento realizado pelo Município de Cacoal.

Supre os requisitos da contratação, atende à necessidade, entretanto, seria altamente inviável a realidade econômico-financeira do município.

A inviabilidade em questão é decorrente da desproporcionalidade econômica acostada às provisões para liberação de área adequada e composição estrutural, além de terceirização componente essenciais para desenlace de projeto, tais como; contratação de pessoal dotado de expertise técnica, levantamentos científicos relacionados aos estudos necessários para verificação de impactos ambientais, imprevisibilidade nos projetos de planejamentos orçamentários, dentre outros.

Para mais, implicaria morosidade aos trâmites para regularização perante o órgão ambiental competente, tendo em vista que as licenças ambientais para regularização de área compatível exigem emprego de tempo significativo, balizando a imprescindibilidade temporal projetada para execução do objeto, ora intentada.

Ademais, considerando a necessidade de aquisição de local para instalação de um incinerador ou autoclave para tratamento de lixo hospitalar, sendo que para esse tipo de trabalho é preciso funcionários altamente capacitados, pois manipular esses equipamentos exigem cautela, conhecimentos e expertise.

Ressalte-se que um resíduo biológico mal incinerado ou tratado de uma forma indevida, pode gerar um descarte inapropriado diante da lei, causando transtornos, acarretando riscos de contaminação ao meio ambiente e riscos à saúde humana.

SOLUÇÃO 02:

Realizar a coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde - RSS por meio de contratação de empresa de iniciativa privada especializada que seguem regulamentações ambientais e oferecem serviços de tratamento desses resíduos de forma ambientalmente adequada.

Equipara os requisitos da contratação, atende a finalidade almejada, inclusive, corresponde expectativa de investimento compatível com os recursos providos pelo orçamento municipal.

Ao passo em que a Prefeitura Municipal de Cacoal não porta estrutura e quadro profissional próprio para assegurar a coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde - RSS, observados os padrões estabelecidos em legislação pertinente, por forma que estejam salvaguardados os princípios constitucionais norteadores da Política de Conservação do Meio Ambiente, bem como ao efetivo exercício dos substanciais princípios que integram a Administração Pública, se faz necessária a contratação de empresa especializada para desempenho de tais ofícios.

6.1. DA SOLUÇÃO QUE MELHOR SE APLICA AO OBJETO EM FOCO:



Destarte, à vista de tratar-se de serviço essencial e ininterrupto, sob risco de comprometimento a saúde humana e degradação ambiental, implicando diretamente em sérios transtornos à proporção que impulsionaria aplicabilidade de sanções administrativas e multas perante aos órgãos fiscalizadores, considera-se indispensável o engajamento em questão, restando satisfatório o recurso expresso pela **SOLUÇÃO 02 (DOIS)**.

Observa-se em pesquisa nos sítios eletrônicos que outros órgãos da Administração Pública Regional adotam a solução 02, fazendo a contratação de empresa especializada do setor privado, conforme verifica-se nos links abaixo:

Município de Ministro Andreazza – RO

<https://transparencia.ministroandreazza.ro.gov.br/portaltransparencia/1/aditivos/detalhes?entidade=1&exercicio=2023&numero=594&sequencia=1&tipoAto=1>

Município Pimenta Bueno – RO

https://transparencia.pimentabueno.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/empenho/detalhe_empenho&pkemp=5933¶metrotela=convenio

Município de Vilhena – RO

<https://transparencia.vilhena.ro.gov.br/portaltransparencia/8/contratos/detalhes?entidade=3&exercicio=2024&contrato=1&tipoAto=1>

Município de Rolim de Moura – RO

<https://transparencia.rolimdemoura.ro.gov.br/portaltransparencia/4/aditivos/detalhes?entidade=4&exercicio=2024&numero=830&sequencia=3&tipoAto=1>

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde - RSS ambientalmente adequada, deverá conservar às disposições contidas neste Estudo Técnico Preliminar e estabelecidas no Termo de Referência, os normativos federais e estaduais que versem sobre o presente objeto, além, de velar pelo cumprimento de normas expedidas sobre o assunto pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

Entende-se por coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS ambientalmente adequada, observadas as normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública, à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.



Após a definição de preços de referência, a contratação ainda será conduzida por meio licitatório, mediante realização de Pregão Eletrônico, assegurando ampla participação e oportunizando alcance de preços compatíveis aos praticados em mercado.

A utilização da modalidade supracitada padroniza aspectos concernentes à celeridade, eficiência, desburocratização, economia, transparência e a publicidade, amplificando consideravelmente a divulgação do certame.

A conclusão da fase licitatória sucederá à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, resguardando os padrões de qualidade ambiental e ecológica aos perímetros do Município de Cacoal e Distrito de Divinópolis.

7.1. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES ESTIMADAS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. MEDIDA	QUANT. ANUAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE – RSS.	KG	22.295	R\$ 13,95	R\$ 311.015,25
VALOR TOTAL				R\$ 311.015,25	

7.2. DAS QUANTIDADES ESTIMADAS:

O quantitativo estimado obteve por parâmetro a memória de consumo, extraíndo históricos oriundos de serviços anteriormente executados, bem como, os volumes de Resíduos Serviços de Saúde - RSS gerados no município de Cacoal e distrito de Divinópolis, advindos das respectivas contratações, acrescidos e margem de segurança e adequação para arredondamento sistêmico, por forma a garantir eventuais quantificações errôneas.

A adaptação em que se menciona diz respeito ao arredondamento do valor unitário e montante final de rejeitos, e fora aplicada com intuito de esquivar inconsistências de casas decimais que impossibilitem o lançamento sistêmico e consequentemente inviabilize a execução.

O importe consolidou a unidade de medida por KG (quilograma) de resíduos coletados, conforme histórico gerado nos últimos 02 (dois) exercícios financeiros (2022 e 2023), constantes em processos correlatos, executados por esta Administração.

Compilou-se em tabelas o prospecto integrado de informações examinadas em banco de dados institucional, com o desígnio de dimensionar o quantitativo ideal para suprimento das necessidades no município de Cacoal e distrito de Divinópolis, esquivando eventuais excessos e consequentemente prejuízos ao erário.

Senão constatemos:



DESCRIÇÃO	UN	ANO	QUANTIDADE EXECUTADA MÊS	QUANTIDADE EXECUTADA ANO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE – RSS.	KG	2022	1.552,091	18.625,100
		2023	1.679,000	20.148,000

Pretendendo promover enquadramento das quantidades e transparência no tocante à definição concreta do quantitativo estabelecido para o engajamento em questão, discurremos análise sucinta acerca do volume de resíduos de serviço de saúde produzidos em 2022 e 2023 pelos quadros populacionais do município de Cacoal e distrito de Divinópolis.

Conforme exteriorização do conteúdo composto na tabela introdutória, nota-se variação entre as médias anuais comparadas, constatando aumento gradativo de volume de RSS (Resíduos de Serviços de Saúde). Considerando o aumento gradativo na coleta de Resíduos de Serviços de Saúde - RSS, devido a abertura das Unidades Básicas de Saúde Marina Donária de Lima, Cleide Gomes e Pronto Atendimento Municipal – PAM, ainda estes no decorrer do contrato anterior, ocasionando a necessidade de aditivar o saldo quantitativo do contrato, devido ao aumento do resíduo hospitalar.

Salientamos que tem surgido várias ondas de doenças epidemiológicas, surtos de dengue, gripe, covid-19 e entre outros, ocasionando o aumento dos resíduos hospitalares.

Considerando o Memorando nº 335/GAB-SEMUSA/2024, onde informa a previsão de construção de uma nova unidade básica de saúde no ano de 2024/2025, e a possibilidade do término da Unidade hospitalar do Bairro Green Ville, diante disso, projeta-se um acréscimo de 15% (quinze por cento) sob a média aritmética.

Considerando a intenção do contrato com vigência de 12 (doze) meses, foi feita uma projeção com a média aritmética de 15% (quinze por cento), anualmente conforme tabela subsequente:

ANO	MÉDIA MENSAL	PROJEÇÃO DE AUMENTO DA DEMANDA	MÉDIA MENSAL REAJUSTADA	MÉDIA ANUAL (2024)
2022/2023	1.615,545	15%	1.857,88	22.295,00

*Média do Ano de 2023 relativo ao Contrato Nº 024/PMC/2019.

Para precisão e conformidade das quantidades requeridas, aplicou-se acrescentamento gradual do percentual de 15% sobre o volume final coletados no exercício vindouro.



O balizamento referenciou por base de cálculo o volume equivalente da média aritmética de 1.615,545 quilos/mês (Premissa de partida fechamento do ANO 2022/2023) baseado nos dados apresentados no período, e projeção de aumento da demanda, conforme demonstração expressa na tabela referencial.

Nessa perspectiva, estima-se que o volume para atendimento das demandas previstas alcançará **1.857,88 quilos/mês de resíduos**, conforme demonstrado.

Cumprir tecer que em virtude de restrições sistêmicas, foi realizado arredondamento de casas decimais, para alcance do montante de resíduos estimados.

8. DO CUSTO TOTAL ESTIMADO:

Atendo-se à perspectiva de produção para o ano de 2024 o quantitativo de **1.857,88** quilos de Resíduos de Serviço de Saúde – RSS mensais, estima-se que o investimento corresponderá à importância anual no total de **R\$ 311.015,25 (trezentos e onze mil e quinze reais e vinte e cinco centavos)**, sendo que constitui mera previsão dimensionada.

Acentua-se ainda que as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração e outros necessários para regular exercício dos serviços, deverão estar inclusos ao valor proposto para execução integral do objeto.

9. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação se refere à execução de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde - RSS, mais especificamente do Grupos A, B, C e do Grupo E, oriundos das Unidades Básicas de Saúde do Município de Cacoal e distrito de Divinópolis.

Iniciar a execução do serviço do objeto da Contratação, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e Edital de Licitação;

• DOS DIAS E HORÁRIO DAS COLETAS:

A contratada deverá realizar a coleta dos Resíduos de Serviço de Saúde - RSS no mínimo 02 (Duas) vezes por semana nas unidades, ou conforme a demanda.

A coleta externa será realizada em horário pré-ordenado pela Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Meio Ambiente, onde a contratada em comum acordo com a administração especificará o horário de coleta externa da unidade, visando não atrapalhar a rotina de serviços nas unidades de saúde, bem como evitar o acúmulo.

Caso a contratada deseje mudar os horários pré-ordenados deverá solicitar autorização no prazo mínimo de 72 (Setenta e Duas) horas que antecede a coleta, no qual a será emitida manifestação escrita pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, com anuência da Secretaria Municipal de Saúde.

• DA FISCALIZAÇÃO:

Os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de estabelecimentos de serviços de saúde (RSS) do município de Cacoal, serão medidos por peso dos resíduos coletados e será



aferido no ato da coleta pelo servidor indicado pelas Unidades de Saúde ou pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

A pesagem dos Resíduos de Serviço de Saúde - RSS deverá ser obrigatoriamente acompanhado por dois servidores (sendo: membro e suplente) indicado pela Unidade Básica de Saúde, sendo nomeado pelo gestor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA via portaria publicada no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia – AROM.

- **DA PESAGEM:**

A contratada deverá possuir balanças eletrônicas digital grande de até 150 kg.

A balança deve conter lacre e aprovação do INMETRO, com os devidos laudos de vistoria e certificações, devendo ser realizadas aferições periódicas de regulagem, a critério da CONTRATANTE. As despesas oriundas com a manutenção, pagamento de taxas ao INMETRO ou a outros órgãos certificadores da regularidade do equipamento, será de responsabilidade da CONTRATADA.

A balança utilizada para aferição deverá estar acoplada no veículo de coleta.

- **DOS CAMINHÕES COLETORES DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE - RSS:**

O veículo coletor deverá ser equipado com materiais de segurança básicos conforme especificações e normas.

Os veículos destinados ao recolhimento dos resíduos infectantes e perfuro cortante devem estar em ótimas condições de uso. Deve ter superfícies internas lisas, de cantos arredondados de forma a facilitar a higienização.

Da identificação dos veículos: deverá obrigatoriamente exibir a simbologia para transporte rodoviário dos resíduos transportados.

Do licenciamento dos veículos: os veículos coletores devem ter licenciamento do INMETRO para tal finalidade (CIPP) Resolução 420/04 ANTT e normatização NBR'S 12.810 e 14.652 da ABNT.

Equipamentos auxiliares do Veículo Coletor: os veículos coletores devem contar com os seguintes equipamentos auxiliares: pá, rodo, saco plástico (NBR 9190) de reserva, solução desinfetante.

- **DO TRATAMENTO:**

Consiste no conjunto de unidades, processos e procedimentos que alteram as características físicas, físico-químicas, ou biológicas dos resíduos, podendo promover a sua descaracterização, visando à minimização do risco a saúde pública, a preservação da qualidade do meio ambiente, a segurança e saúde do trabalhador, ou seja, aplicação de método, técnica ou processo que modifique e elimine os riscos inerentes aos resíduos, reduzindo ou eliminando o risco de contaminação, de acidentes ocupacionais ou de dano ao meio ambiente. Todo e qualquer sistema para tratamento de resíduos de serviços de saúde devem ser objeto de licenciamento ambiental, de acordo com a Resolução CONAMA nº. 237/1997 e são passíveis de fiscalização e de controle pelos órgãos de vigilância sanitária e de meio ambiente.

A) DEFINIÇÃO DO TRATAMENTO POR INCINERAÇÃO:



Consiste no processo de oxidação total dos elementos combustíveis que contêm os resíduos à alta temperatura (acima de 800°C) o que ocasiona a destruição e redução do volume de materiais ou substâncias (resíduos) com a eliminação quase que na totalidade de sua massa, haja vista, que os sistemas hoje existentes no mercado conseguem eliminar em até 98% (Noventa e oito por cento) da massa inicial.

A empresa a realizar os trabalhos objeto deste, deverá ter um incinerador que possa fazer a indicação e o registro diário de todo o processo. O monitoramento é a avaliação contínua e/ou periódica das variáveis operacionais e das emissões provenientes do sistema de incineração durante os procedimentos diários.

O incinerador deve garantir, para qualquer condição de operação, o atendimento dos seguintes parâmetros:

- a) temperatura mínima dos gases na saída da câmara primária de combustão: 800°C;
- b) tempo mínimo de residência do resíduo na câmara primária de combustão: 60 segundos;
- c) temperatura mínima dos gases na saída da última câmara de combustão: 100° C;
- d) tempo mínimo de residência dos gases na última câmara de combustão: 0,8 segundos;
- e) concentração mínima de O₂ na chaminé, para assegurar eficiência do processo de combustão.

Dos gases lançados na atmosfera pelo sistema de tratamento térmico:

A contratada deverá ter cuidados com Padrão de Emissão: Conteúdo máximo, expresso em concentração (massa / volume) e/ou em taxa de emissão (massa / tempo), de uma substância. O incinerador da empresa vencedora do certame licitatório deverá ter os dutos ou chaminés de saída dos gases de combustão, os mesmos deverão ser dotados de dispositivos (furos, plataformas e demais elementos) que permitam a realização de amostragem, objetivando a verificação dos níveis de poluentes emitidos. A contratada não deverá lançar na atmosfera poluentes que ultrapassem os limites máximos de emissão conforme resolução CONAMA 316/2002.

B) DEFINIÇÃO DO TRATAMENTO TÉRMICO POR AUTOCLAVAGEM:

O processo de autoclavagem é um tratamento térmico bastante utilizado no ambiente hospitalar e que consiste em manter o material contaminado a uma temperatura elevada, através do contato com vapor de água, durante um período de tempo suficiente para destruir todos os agentes patogênicos. O processo inclui ciclos de compressão e de descompressão de forma a facilitar o contato entre o vapor e os materiais contaminados. Os valores usuais de pressão são da ordem de 3 a 3,5 bar e a temperatura atinge 110°C e 150°C. Tendo a vantagem de ser relativamente simples, a autoclavagem é composta basicamente das seguintes operações:

Pré-vácuo: Criam-se condições de pressões negativas de forma que, na fase seguinte, o vapor entre mais facilmente em contato com os materiais a serem esterilizados.

Admissão de vapor. Introdução de vapor na autoclave, seguido do aumento gradual da pressão, de forma a criar condições para o contato entre a água superaquecida e os materiais, e para facilitar sua penetração nos invólucros, dando acesso a todas as superfícies.



Exposição: Manutenção de temperaturas e pressões elevadas durante um determinado período de tempo até se concluir o processo de descontaminação para verificar as condições de funcionamento da autoclave pode ser feito um teste, de forma a ser atingido o nível de inativação 3.

Descaracterização: Todos os resíduos deverão ser descaracterizados seja por trituração ou outro método, antes de serem encaminhados a destinação final. **Caso a destinação final dos resíduos descaracterizados seja feita em outro local da federação, deverão apresentar laudo fornecido por empresa especializada, após a liberação das mesmas pelo órgão competente do estado onde foi realizado o destino final;**

Monitoramento: Todas as etapas do tratamento deverão ser monitoradas e devidamente registradas, seja em formato digital ou manuscrito, principalmente temperatura, pressão, tempo da esterilização, descaracterização, destino final, entre outros visando assegurar sua eficácia do tratamento.

A empresa deverá possuir plano de manutenção periódico para os equipamentos conforme instruções do fabricante e com comprovação de execução por profissional devidamente habilitado.

Os trabalhadores que executarão suas atividades na operação da autoclave deverão usar os Equipamentos de Proteção Individual.

Considerando o item previsto da subcontratação parcial do tratamento, o mesmo justifica-se pelos diversos tipos de resíduos oriundos da unidade de saúde os quais podem sofrer variados tipos de tratamento. É sabido que as empresas do ramo possuem apenas dois segmentos de tratamento, quais sejam: incineração ou autoclavagem, fator que poderia limitar a concorrência da licitação. Assim na busca de uma proposta mais vantajosa para a administração, sem prejuízo da execução do objeto, bem como deverá ser comprovado na pesquisa de mercado, optou-se pela possibilidade de contratação do serviço de Coleta, Transporte, Tratamento (Incineração ou autoclavagem) e Destinação Final dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, com a possibilidade de subcontratação de acordo com o art. 122, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

Assim sendo justifica-se a contratação visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no que se refere a Coleta, Transporte, Tratamento (Incineração ou autoclavagem) e Destinação Final dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, produzidos pelas Unidades Básicas de Saúde do Município de Cacoal e Distrito de Divinópolis de forma ambientalmente adequada.

- **DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:**

Deverá a empresa contratada ter Plano de Inspeção e Manutenção das Instalações: Plano contemplando as rotinas estabelecidas para verificação da integridade e manutenção de instalação, incluindo a frequência em que serão realizadas as inspeções e calibrações de cada equipamento.

Deverá a empresa contratada ter o Plano de Emergência: Documento contendo o conjunto para minimizar ou restringir os possíveis efeitos danosos às pessoas e ao meio ambiente decorrentes de acidentes no sistema de incineração.

O Plano de Emergência deverá obrigatoriamente conter:



A - Análise de risco e ações a serem tomadas para eliminar e ou minimizar as suas consequências às pessoas e ao meio ambiente;

B - Os procedimentos a serem aplicado quando da ocorrência destes eventos, com ênfase ao processo de coordenação, comunicação e recursos a serem acionados;

C - A relação e a disponibilização dos equipamentos de emergência a serem utilizados, incluindo a localização, a descrição do tipo e capacidade.

Licença de Operação. A empresa deve apresentar todas as licenças, autorizações e certificações exigidas pelas autoridades ambientais e reguladoras para operar legalmente, no momento da Contratação.

Alvará de Funcionamento da Empresa contratada.

Segurança Operacional: Deve apresentar políticas, procedimentos e treinamentos para garantir a segurança dos trabalhadores envolvidos nas atividades realizadas;

Experiência e Capacidade técnica: A empresa deve demonstrar experiência comprovada no setor de gestão de resíduos de serviços de saúde - RSS, por meio de Atestado de capacidade técnica e operacional para realizar os serviços de tratamento e destinação final de forma eficiente e segura;

O serviço possuirá natureza continuada dentro das normativas que estarão descritas em Termo de Referência;

Apresentar, caso pretenda transportar os resíduos coletados para outro local da Federação, na assinatura do contrato, Autorização Especial de Transporte expedida pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia, na assinatura do contrato. Observando as regras da Resolução nº 358/2005, do CONAMA, e a RDC nº 222/2018, da ANVISA, e os respectivos Planos de Gerenciamento de Resíduos de Serviço da Saúde – PGRSS da unidade de saúde pública do Estado de Rondônia.

Caso a empresa licitante esteja instalada em outro local da Federação, fica responsável por apresentar declaração de que dispõe de autorização de transporte de Resíduos de Serviços de Saúde – RSS e declaração de que outro local da Federação onde a empresa está devidamente licenciada e instalada, autoriza o recebimento de resíduos de serviço de saúde de nosso município a época da contratação.

Caso a empresa faça tratamento dos resíduos de saúde através do sistema de autoclave, apresentar o comprovante de teste de eficiência da validação do sistema de tratamento dos resíduos dos grupos A e E, contemplando inativação microbiana de *Bacillus Stearothermophilos*, com redução igual ou maior que 4 Log 10 cm atendimento ao anexo (apêndice IV) da exigência da RDC 222/18 da ANVISA, nos termos da legislação vigente;

• **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

O Pagamento será feito por Kg (quilograma) de resíduos coletados, transportados e tratados. O pagamento da empresa contratada só será feito mediante relatório, que deverá obrigatoriamente:

- a) Data da coleta dos resíduos de saúde;
- b) Data de incineração dos resíduos;
- c) Nome das unidades básicas de saúde onde os resíduos foram coletados;



d) Quilogramas de resíduos coletados por unidade de saúde nos dias coletados.

O pagamento da empresa contratada só será feito mediante apresentação obrigatória:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;
- b) Prova de regularidade conjunta, relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, do domicílio ou sede do proponente, na forma da Lei.
- e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.
- g) Prova de Inexistência de Débitos trabalhistas, através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

A nota fiscal/fatura deverá obrigatoriamente, vir acompanhada dos documentos abaixo relacionados correspondentes à última competência vencida, ou seja, conforme prazos estipulados pela legislação trabalhista e previdenciária:

- a) Cópia da Guia de Recolhimento por Tempo de Serviço (GRF), com autenticação mecânica ou acompanhado do comprovante de recolhimento bancário ou comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet;
- b) Cópia da Guia de Previdência Social (GPS) com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet;
- c) Cópia da Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP (RE);
- d) Cópia da Folha Analítica dos Trabalhadores do mês da última competência vencida;
- e) Cópia de protocolo de Envio de Arquivos emitida pela conectiva social (GEFIP).
- f) Encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: RAIS (anual) e CAGED, quando houver admissão e/ou demissão de funcionário;
- g) Outros documentos que comprovem a regularidade trabalhista e fiscal da Contratada;

Os relatórios devem ser enviados no e-mail da contratante, em caso de ocorrência de inconsistências nos relatórios, após aviso, a empresa contratada terá 03 (três) dias úteis para enviar os relatórios com as devidas correções.

Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, sendo que neste caso o objeto a ser licitado não envolve questões de alta vultuosidade contratual.

É admitida a subcontratação do objeto, nas seguintes condições:

- a) É vedado à subcontratação ou terceirização no todo ou em parte diferente da expressamente autorizada pela Administração da Prefeitura Municipal de Cacoal para a prestação do serviço. Qualquer cessão ou subcontratação feita sem autorização será nula sem qualquer efeito.



b) Será permitida a subcontratação dos serviços de tratamento dos resíduos de serviços de saúde do Grupo B e C, desde que a empresa licitante apresente a carta de anuência, e a licença de operação dos serviços subcontratados acompanhado dos seguintes documentos de qualificação técnica:

- Alvará expedido pelo Corpo de Bombeiros da empresa subcontratada.
- Certificado de cadastramento técnico federal na categoria de atividades potencialmente poluidoras – IBAMA em nome da empresa subcontratada.

Não será admitido o enquadramento de condições especiais disciplinadas pela Lei nº 123/2016, em razão do valor estimado ser superior a receita bruta máxima para fins de enquadramento de empresa de pequeno porte, nos moldes do artigo 4º, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

O contrato será continuado, e previsto 60 (sessenta) meses, prorrogáveis pelo mesmo período e em até o limite exposto nos termos Lei 14.133/2021;

Todos os serviços involuntariamente não explícitos, mas necessários ao atendimento eficiente do objeto a ser contratado, serão de responsabilidade da contratada;

• **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

Para fins de habilitação, o fornecedor deverá comprovar a regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e qualificações técnicas.

É de total responsabilidade da contratada o cumprimento das normas ambientais vigentes, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos;

A contratada deverá tomar todos os cuidados necessários para que não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;

A contratada deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação.

A contratada deverá disponibilizar, sem ônus adicional para a contratante, serviço de suporte técnico relacionado ao uso da solução;

A contratação observa os critérios recomendados pelos Órgãos competentes, Normativas, Resolução e Legislações aplicáveis, prestando serviço adequado, conforme previstas em sua Proposta. Atentando, especificamente, para as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A empresa contratada executará os serviços de acordo com o contrato e principalmente em acordo com o termo de referência;

A empresa contratada será responsabilizada pelo recrutamento e administração de mão-de-obra e por todos os custos relativos a mobilização e desmobilização do pessoal, e transporte do pessoal contratado envolvido no objeto da contratação.

A empresa contratada será responsável a efetuar todos os pagamentos e arcar com todos os encargos previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, etc., em decorrência de condição de empregadora, sem qualquer solidariedade da administração pública municipal.



A empresa contratada assumirá total responsabilidade por quaisquer acidentes, que venham a ser vítimas seus empregados e terceiros decorrentes da prestação dos serviços objeto desta contratação, ou em conexão com eles, devendo adotar todas as providências exigidas pela legislação em vigor, bem como, ratificação em qualquer circunstância, não haver vínculo empregatício entre seu empregado e a administração.

A empresa contratada se obrigará as suas expensas, a manutenção do veículo coletor, correções ou reposições de peças defeituosas, o fornecimento de transporte, alojamento e alimentação para o motorista e mecânico que se fizerem necessários;

A empresa contratada custeará todas as despesas com pneus, óleo lubrificante e combustível, ou seja, todos os custeará todas as despesas com o veículo;

A empresa deverá contratar motorista habilitado, conforme exige o Código Nacional de Trânsito.

A empresa contratada deverá afastar imediatamente dos serviços e substituir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer empregado que esteja envolvido com a prestação dos serviços, quando este não corresponder aos interesses desta secretaria, mediante solicitação formal.

A empresa contratada deverá, quando da apresentação da Nota Fiscal mensal dos serviços prestados, comprovar o recolhimento da contribuição previdenciária e trabalhista, daqueles empregados que atuarem na prestação dos serviços correspondentes, mediante a apresentação de certidões do INSS e FGTS e cópia autenticada da guia de recolhimento do ISS e ou retenção do mesmo no ato efetivo de pagamento da NF dos serviços executados.

A empresa contratada fica obrigada a fornecer todas e quaisquer informações necessárias no prazo máximo de 48 horas a Secretaria Municipal de Meio Ambiente sempre que solicitado.

A empresa contratada deverá autorizar a entrada dos fiscais em seu estabelecimento para as fiscalizações e ou averiguações que se fizerem necessários, sempre que lhe for solicitado, sem necessidade prévio agendamento.

Manter no mínimo um profissional, com registro ativo junto ao seu Conselho de Classe, com apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, ou Certificado de Responsabilidade Técnica ou documento similar, quando couber, para exercer a função de responsável pela correta execução dos serviços prestados pela empresa contratada e respectivas exigências contidas nas normas e licenciamentos ambientais, sanitários e operacionais que fazem parte deste Termo de Referência.

A empresa contratada deverá emitir relatório, o qual deverá apresentar planilha mensal para a Certificação da Nota Fiscal de Prestação do Serviço, contendo a totalização diária e mensal em Kg (quilogramas) do resíduo coletado no período;

A empresa vencedora deverá dispor de instalações para tratamento e destinação final em distância não superior a 250 (duzentos e cinquenta) quilômetros da Sede do Município de Cacoal/RO.

- **DA EQUIPE DE COLETA DOS RSS:**

A empresa contratada deverá contratar pessoas qualificadas ou qualificá-las para a execução do serviço de coleta dos Resíduos de Serviço de Saúde. No veículo, a equipe deverá ser composta por motorista e



por coletores para efetuar as coletas e, nas unidades de saúde, deverá conter profissionais para supervisionar as coletas, conforme exigido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA. Todos os colaboradores da contratada deverão estar munidos de Uniformes e EPI'S (Equipamento de Proteção Individual), conforme determina a Consolidação das Leis de Trabalhos – Capítulo V – Da segurança e da Medicina no Trabalho –Seção IV – Art. 166. A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI's adequados ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados.

A empresa contratada será responsável pelo fornecimento de uniformes e complementos à mão de obra de seus empregados além de todos os EPI's necessários, para uso durante a execução dos serviços, devendo os mesmos serem de primeira qualidade e em quantidade suficiente.

Os EPI's a serem especificados devem ser os mais adequados para lidarem com RSS e devem ser utilizados pelo colaborador durante a execução dos serviços, não podendo haver qualquer justificativa para a não utilização. Deverão ser distribuídos os seguintes materiais, e todos devem estar em conformidade com a NBR 12810/1993, NR 38/2022, o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS e outras legislações vigentes:

- a) Uniforme: Deve ser composto por calça comprida e camisa com manga, no mínimo de $\frac{3}{4}$, de tecido resistente, específico para uso do funcionário do serviço, de forma a identificá-la de acordo com sua função.
- b) Luvas: Devem ser de PVC, impermeáveis, resistentes, de cor clara, de preferência branca, antiderrapantes e de cano longo. Para os serviços de coleta interna I, pode ser admitido o uso de luvas de borracha, mais flexíveis (exceto luvas de procedimento), com as demais características anteriores.
- c) Botas: Devem ser de PVC, impermeáveis, resistentes de cor clara, de preferência branca, com cano $\frac{3}{4}$ e solado antiderrapante. Para os funcionários de coleta interna I, admite-se o uso de botas impermeáveis e resistentes, ou botas de cano curto, com as demais características já descritas.
- d) Máscara: Deve ser respiratória, tipo semifacial e impermeável.
- e) Óculos: Deve ser lente panorâmica, incolor, ser de plástico resistente, com armação flexível, com proteção lateral e válvulas para a ventilação.
- f) Avental: Deve ser de PVC, impermeável e de médio comprimento.
- g) Gorro: Deve ser de cor branca, e de forma a proteger os cabelos.
- h) Boné: Deve ser de cor branca e de forma a proteger os cabelos.
- i) Colete: Deve ser de cor fosforescente para o caso de coleta noturna.
- j) Capa para chuva: Deve ser em PVC, impermeáveis e resistentes.
- k) Protetor Solar: Protetor facial para proteção da face contra radiação ultravioleta.

• **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

De forma a demonstrar sua Qualificação Técnica, os licitantes deverão apresentar:



No Mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica emitido por Órgão Público ou Privado, onde conste a comprovação de execução dos serviços pertinentes e compatíveis com o objeto, atestando a qualidade, entrega e o suporte técnico necessário a pretensão contratação.

Para fins de aferição de aptidão deverá ser observado o percentual de 20% (vinte por cento):

OBJETO	QUANTIDADE MÍNIMA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA A SER EXIGIDA (KG)
CONTRATAÇÃO DE IMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE – RSS.	4.459,00

Atentando para as características que constituem o objeto como atividades contínuas e integradas, cujas etapas não podem ser fracionadas sem comprometer a eficiência operacional, a segurança ambiental e a conformidade legal, resta caracterizá-lo como uma parcela indivisível e de relevância global perante o contrato.

Embora a legislação permita a exigência de até 50% de qualificação técnico-operacional, conforme o artigo 67, § 2º da Lei nº 14.133/21, a gestão competente optou pelo percentual de que se trata, considerando-o suficiente para garantir que a licitante possua experiência bem-sucedida em execução de objeto similar compatível com o objeto ora requisitado, sem criar barreiras excessivas à participação no certame.

A gestão competente considera que o percentual supracitado é aplicável, tendo em vista a necessidade de garantir a eficiência na execução do contrato e a eficácia na entrega dos resultados pretendidos. O índice em evidenciado foi cuidadosamente definido para equilibrar a qualificação técnica a ser exigida com a manutenção da competitividade do certame, permitindo que tanto as empresas consolidadas quanto aquelas em crescimento, mas com capacidade técnica comprovada, possam participar de forma justa e igualitária.

A fixação do percentual supracitado visa minimizar os riscos de inexecução contratual, prevenindo atrasos e falhas na prestação dos serviços, além de assegurar que a empresa contratada disponha dos recursos essenciais para cumprir as obrigações contratuais com a qualidade e a segurança necessárias. A contratação de empresa tecnicamente habilitada para desenlace da execução é indispensável diante do alto potencial poluidor das atividades envolvidas, garantindo a conformidade e acatamento de normas ambientais.

As comprovações exigidas pela Administração Pública são essenciais para que o licitante possa demonstrar de forma inequívoca que possui as condições necessárias para cumprir o acordo a ser



firmado com a Administração. Através dessa aprovação que se verificam as condições dos licitantes para executarem as atividades pertinentes ao futuro contrato.

Ademais, tais averiguações implicam na constatação de que a empresa, como unidade jurídica e econômica, participou anteriormente de contrato cujo objeto era similar ao previsto para a contratação almejada pela Administração Pública. Pois, somente é possível demandar do licitante aquilo que é verdadeiramente suficiente e necessário para executar o objeto do contrato a ser firmado

Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) do domicílio ou sede da empresa licitante, dentro de seu prazo de validade.

Declaração formal de disponibilidade de (os) profissional(is) da equipe multidisciplinar do seu quadro técnico.

Registro de Pessoa Física de profissional indicado para atuar como Responsável Técnico, expedido pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), dentro de seu prazo de validade.

O Responsável Técnico deverá possuir formação e registro em uma das seguintes áreas:

- a) Engenharia Civil, ou
- b) Engenharia Ambiental, ou
- c) Engenharia Sanitarista, ou
- d) Engenharia Ambiental/Sanitarista.

Comprovação de que o responsável técnico que responderá pela execução do objeto, pertence ou pertencerá ao quadro da empresa. Serão aceitos:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) Certidão do CREA;
- c) Contrato social;
- d) Contrato de prestação de serviços;
- e) Contrato de Trabalho registrado na DRT;
- f) Termo, através do qual o profissional assuma a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa, no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicada.

Atestado de Capacidade Técnica Operacional (ACTO), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, bem como a Certidão de Acervo Técnico Operacional (CAO) referente aos Atestados de Capacidade Técnica Operacional (ACTO) apresentados, conforme art. 46 da Resolução CONFEA Nº 1137 DE 31/03/2023.

Os atestados deverão demonstrar a execução de serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final adequada dos Resíduos de Serviço de Saúde – RSS, dos Grupos A, B, C e E, compatíveis em características com o objeto da presente licitação, e comprovar a execução de um percentual de 20% (vinte por cento): 4.459 kg.



Certidão de Acervo Técnico (CAT) do profissional Responsável Técnico indicado, que comprove a execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação, em conformidade com o Art. 47 da Resolução CONFEA nº 1137, de 31 de março de 2023, e o Art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

• Para mais, considerar-se-á **REQUISITO PARA FIRMAMENTO CONTRATUAL** a apresentação dos respectivos documentos:

• Licença de Operação referente ao tratamento de resíduos de saúde dos grupos A, B, C e E, devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente conforme RDC 306/04 da ANVISA.

Caso a Licença de Operação para tratamento de resíduos de saúde do grupo B e C não esteja em nome da empresa, esta deverá apresentar carta de anuência emitida pela empresa proprietária do sistema de tratamento adotado, anuindo a empresa licitante para recebimento de resíduos de serviço de saúde – RSS.

Licença de Operação devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente conforme RDC 306/04 da ANVISA referente a transporte dos resíduos perigosos.

Licença de Operação do Aterro Sanitário devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente, utilizado para disposição final de resíduos de saúde tratados. Caso a Licença do Aterro Sanitário não esteja em nome da empresa licitante, esta deverá apresentar carta de anuência emitida pela empresa proprietária do Aterro Sanitário anuindo a empresa licitante ou empresa subcontratada para encaminhamento de resíduos de saúde tratados.

• Certificado de cadastramento técnico federal na categoria de atividades potencialmente poluidoras – IBAMA.

• Plano de Contingência e Plano de Emergência, de acordo com a Resolução do CONAMA nº. 316 de 29/10/2002 – Anexos III e IV.

• Certificado de disposição final e laudos técnicos que comprovem a eficiência dos processos para coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos de serviços de saúde (Grupos A, B, C e E) emitidos por profissional responsável técnico da CONTRATADA, comprovado conforme Legislação vigente.

• A disposição final deve ser feita posteriormente ao tratamento em unidade de tratamento de resíduos, devidamente licenciada pelo órgão ambiental estadual e pela ANVISA, sendo por tratamento incinerador/autoclave aprovado pelo Órgão licenciador competente, para proceder à destruição térmica dos resíduos coletados e disposição final das cinzas restantes, conforme a resolução do CONAMA nº 237/1997.

• Apresentar CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo utilizado para o transporte, acompanhado do Certificado de Inspeção de Produtos Perigosos – CIPP emitido pelo INMETRO dos veículos de transporte dos resíduos da empresa licitante e certificado de inspeção veicular – CIV emitido pelo INMETRO referente aos veículos de empresa.



- Relação explícita do(s) motorista(s) apto(s) para transporte de resíduos perigosos, acompanhada do Certificado para movimentação e operação para produtos perigosos (MOOP), de cada motorista responsável pela coleta, emitida pelo órgão competente, tendo como prazo de validade de 05 (cinco) anos, devidamente Regulamentado, pelo artigo 145 da Lei n. 9.503/07, Decreto 96.044/88, Resolução 168/04 do CONTRAN.

10. DA FORMA DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES PARA O RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

A contratada iniciará a execução dos serviços, imediatamente, após assinatura da Ordem de Serviço.

A medição da execução de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde - RSS será expressa em quilograma (KG) de resíduos resultante da somatória das pesagens realizadas no período medido, mediante apresentação de relatório mensal.

Aceito os objetos será procedido o atesto na Nota Fiscal autorizando o pagamento.

10.1. DOS LOCAIS/CONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

Entende-se por local da execução dos serviços de coleta, as unidades básicas de saúde instaladas no município de Cacoal e distrito de Divinópolis, conforme abaixo especificado:

UNIDADES DE SAÚDE	ENDEREÇO	CEP
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE SÃO JUDAS TADEU	RUA: JOSE MARQUES DE OLIVEIRA Nº 5186 BAIRRO: RIOZINHO	76960-970
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PRINCESA ISABEL	AVENIDA AFONSO PENA Nº 2252 BAIRRO: PRINCESA ISABEL	76964-026
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE VILAGE DO SOL	RUA: ANTÔNIO SERGIO G. BARBOSA Nº 3227 BAIRRO: VILAGE DO SOL	76964-302
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE JOAQUIM GONÇALVES LEDO	RUA: SANTO ANDRE Nº 1729 BAIRRO: INDUSTRIAL	76960-970
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE LUIZ MOREIRA DE FREITAS	RUA: FAGUNDES VARELA Nº 795 BAIRRO: FORTALEZA	76960-046
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NOVA ESPERANÇA	RUA: ANA LUCIA Nº 1868 BAIRRO: NOVO CACOAL	76962-144
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE EDMUR JOSÉ MARCHIOLE	TRAVESSA PRIMEIRO DE MAIO Nº 1661 BAIRRO LIBERDADE	76967-448
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CRISTO REI	RUA: ANTONIO DE PAULA NUNES Nº 3441 BAIRRO: FLORESTA	76965-744
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DE CACOAL CAPS II	AV: MARECHAL RONDON, Nº2278, BAIRRO PRINCESA ISABEL.	76960-970
CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICO DE CACOAL TIPO III	RUA: ANTONIO SERGIO GOMES BARBOSA Nº3257 BAIRRO: VILAGE DO SOL	76964-304
AMBULATÓRIO ESPECIALIZADO	AV: AMAZONAS Nº 2663 BAIRRO: CENTRO	76963-721



CENTRO DE SAÚDE DA MULHER DR FRANCISCO EMMANOEL (CREAMI)	RUA DOS PIONEIROS Nº 2240 BAIRRO: CENTRO	76963-726
CENTRO DE REFERENCIA EM SAÚDE DO TRABALHO (CEREST)	AV. AMAZONAS 2290 BAIRRO CENTRO	76963-697
CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO (CER)	RUA DOS PIONEIROS 1400	76964-074
CASA DE DETENÇÃO CACOAL	AV. ITAPEMIRIM, 421, BAIRRO: BRIZON	76962-227
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MORADA DO BOSQUE	RUA PROJETADA E, BAIRRO MORADA DO BOSQUE	76963-427
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE HABITAR BRASIL	RUA BENICIO JOSÉ PINTO, SN, BAIRRO: HABITAR BRASIL	76960-296
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE SÃO MARCOS	LOTE 17 H ESQUINA C/ RUA PROJETADA E, SN, BAIRRO: COLINA VERDE	76960-000
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CLEIDE GOMES (ALPHA PARQUE)	AV. PIONEIRO NAPOLEÃO FERREIRA VIERA, SN, SETOR 15, QUADRA 22, OTE 454, BAIRRO ALFAPK	76960-970
LACRIN	AV. CUIABA, Nº 2160 – CENTRO	76965-394
CENTRO DE ZOONOSES	RUA DA ASSOCIAÇÃO, Nº 3465 – BAIRRO JOSINO BRITO	76960-970
ALMOXARIFADO CENTRAL	AV. ARAÇATUBA, SETOR INDUSTRIAL Nº 2296	76967-710
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MARINA DONÁRIA DE LIMA	LINHA 14, KM 25, LOTE 06, GLEBA 14, (DISTRITO DE DIVINÓPOLIS)	76960-970
FARMÁCIA CENTRAL	AV. CUIÁBA, Nº 2183, BAIRRO CENTRO.	76963-715
HOSPITAL MATERNO INFANTIL	AV. AMAZONAS, Nº 2663, BAIRRO: CENTRO	76963-716
PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL – PAM	RUA FLOR DO MARACÁ Nº 3142 BAIRRO: JARDIM ITÁLIA II	78975-000
*UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE (GREENVILLE)	BAIRRO: GREENVILLE	-----

*Está em fase de construção.

Entende-se por local da execução do serviço de tratamento e destinação final, as dependências da contratada, em endereço a ser definido em momento futuro e oportuno.

Os serviços deverão ser prestados nos dias e horários pré-estabelecidos com a coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde – RSS coletados pelo serviço público/privado terceirizado nas Unidades básicas de saúde do município de Cacoal e distrito de Divinópolis de forma ambientalmente adequada nas dependências da contratada.

• **QUANTIDADE DE BOMBONAS POR UNIDADES:**

UNIDADE DE SAÚDE	QUANTIDADE	CAPACIDADE
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE SÃO JUDAS	01	50 KG



TADEU		
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PRINCESA ISABEL	01	50 KG
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA VILAGE DO SOL	01	50 KG
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA JOAQUIM GONÇALVES LEDO	01	50 KG
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA LUIZ MOREIRA DE FREITAS	01	50 KG
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NOVA ESPERANÇA	01	50 KG
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA EDMUR JOSÉ MARCHIOLE	02	100 KG
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CRISTO REI	02	100 KG
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DE CACOAL CAPS II	01	50 KG
CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICO DE CACOAL TIPO III	01	50 KG
AMBULATÓRIO ESPECIALIZADO	02	100 KG
CENTRO DE SAÚDE DA MULHER DR FRANCISCO EMMANOEL - CREAMI	02	100 KG
CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO TRABALHO (CEREST)	01	50 KG
CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO (CER)	01	50 KG
CASA DE DETENÇÃO CACOAL	01	50 KG
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MORADA DO BOSQUE	01	50 KG
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE HABITAR BRASIL	01	50 KG
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE SÃO MARCOS	01	50 KG
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CLEIDE GOMES (ALPHA PARQUE)	01	50 KG
LACRIN	01	50 KG
CENTRO DE ZOONOSSES	03	150 KG
ALMOXARIFADO CENTRAL	02	100 KG
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MARINA DONÁRIA DE LIMA	02	100 KG
FARMÁCIA CENTRAL	02	100 KG
HOSPITAL MATERNO INFANTIL	05	250 KG
PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL - PAM	06	300 KG

11. DA COMPOSIÇÃO CONTRATUAL:

Quanto ao Contrato Administrativo, caso formalizado, ficará estabelecido em cláusulas, as condições e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este instrumento e com a proposta da empresa, devendo este ter a vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da data da publicação do extrato do contrato em portais oficiais, na forma estabelecida da Lei nº 14.133/2021.

Deverão ser observados os respectivos quesitos:

- a) Reajuste e supressão contratual;



- b) Rescisão contratual;
- c) Fiscalização/Gestão contratual.

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

Tratando-se de contratação de bem agrupado em um único item, não cabendo falar em subdivisões ou parcelamentos do objeto, uma vez que os Resíduos de Serviços de Saúde - RSS produzidos pelas Unidades Básicas de Saúde do Município de Cacoal e Distrito de Divinópolis são coletados pelo serviço público/privado terceirizado para sua destinação final de forma ambientalmente adequada.

Os critérios para não parcelamento do objeto possuem entendimento meramente em técnico e peculiaridades de comercialização no mercado, tais como:

Integração e Sinergia: considerando a especificidade do objeto este envolve um processo integrado, onde diferentes fases estão interligadas para garantir eficiência e sinergia.

O parcelamento poderia comprometer a integração dessas etapas e prejudicar a eficácia do sistema como um todo.

Economia de Escala: considerando a especificidade do objeto a realização conjunta das várias etapas do processo pode resultar em custos menores do que se fossem realizadas de forma isolada.

O parcelamento poderia prejudicar essa otimização de recursos. **Complexidade do Gerenciamento:** considerando a especificidade do objeto a gestão do Contrato será mais eficiente se realizada de forma unificada, sem a necessidade de licitar e contratar múltiplos fornecedores.

O parcelamento poderia prejudicar a eficiência na execução do Contrato.

Padronização e Qualidade: considerando a especificidade do objeto a padronização de processos e a garantia de qualidade pode ser mais facilmente alcançada quando um único fornecedor é responsável por todo o escopo da disposição final de resíduos.

O parcelamento poderia comprometer a qualidade do serviço prestado.

Redução de Riscos e Responsabilidades: considerando a especificidade do objeto pode-se reduzir a complexidade na gestão de riscos e atribuição de responsabilidades, uma vez que uma única empresa seria responsável por todas as fases do processo.

O parcelamento poderia dificultar a responsabilização de cada fornecedor.

Maior Controle Técnico: considerando a especificidade do objeto, a não divisão, pode proporcionar um maior controle técnico sobre o processo como um todo, permitindo uma abordagem mais coesa na implementação das soluções técnicas necessárias.

O parcelamento poderia dificultar na fiscalização e acompanhamento do Processo. Ante os quesitos implícitos se fundamentam o não parcelamento do objeto, assegurando vantajosidade técnico-econômica para Administração Pública Municipal de Cacoal, não apresentando nenhum óbice a ampla concorrência para o objeto da licitação.



13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CONTRATAÇÃO/ CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

13.1. DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A CONTRATAÇÃO:

As providências a serem tomadas vão no sentido de evitar eventuais desgastes com o efetivo cumprimento dos ajustamentos celebrados por instrumento contratual, assegurar tempestividade em sua assinatura e gerir a execução dos serviços, requerendo ainda o devido treinamento dos servidores designados para seu gerenciamento e fiscalização.

13.2. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES:

A contratação única do objeto proporcionará vantagens significativas, através da simplificação da gestão, eficiência operacional e garantia de qualidade em todo o processo de disposição final dos volumes, não sendo necessário proceder contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda, visto que o engajamento planejado atende toda necessidade existente.

14. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

Os resultados esperados com essa contratação dizem respeito aos seguintes aspectos:

Garantir o pleno atendimento do objeto e a boa execução de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde – RSS com padrões de qualidade, eficiência, sustentabilidade, e produtividade mínima atendidos;

Atender aos preceitos legais e orientações vigentes, sobretudo no que trata a NBR 12.810/1993 E NBR 14.652/2019 DA ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), a LEI Nº 12.305/2010, A RDC Nº 306/2004 DA ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), RESOLUÇÃO CONAMA Nº 358/2005;

Minimizar chances de inadimplemento contratual por parte da empresa que possa gerar desgaste, custos, ou prejuízos à Administração;

Alinhar o planejamento esperado da contratação com análise adequada das propostas no momento da licitação quanto aos fatores pretendidos ponderando os recursos envolvidos para seleção da proposta mais vantajosa e conseqüentemente uma contratação eficiente;

Assegurar ambiente social agradável e saudável à boa qualidade da saúde humana, bem como, a prestação do serviço público com qualidade e excelência;

Contribuir para adequada preservação dos direitos pécúes, conservando o patrimônio público através da constante destinação adequados resíduos de serviços de saúde - RSS, minimizando os impactos de depreciação natural;

Atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA com a coleta do objeto da contratação de forma segura e eficiente;

Por fim, salvaguardar o desenvolvimento das atribuições administrativas e operacionais de competência desta Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, por meio de medidas que atendam a demanda alinhada com os recursos orçamentários previstos, considerando os princípios da economicidade



eficiência, eficácia, vislumbrando promover melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, além do regimento de desenvolvimento nacional sustentável.

15. DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO E MODALIDADE A SEREM APLICADOS:

O fornecedor será selecionado por meio da realização de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento adotado de Menor Preço, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, em decorrência do atendimento das especificações do objeto e das regras do certame.

16. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E DAS RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS QUE PODEM SER ADOTADAS:

Os impactos ambientais que podem advir da pretensa contratação estão atrelados aos materiais e práticas a serem empregadas na execução dos serviços. Para tanto, consideraremos os valores dos critérios de sustentabilidade adequados a demanda, valendo-se de diretrizes expressas em legislação pertinente.

A contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e Lei nº 14.133/2021.

Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT/NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, quando aplicável ao objeto desta contratação. A empresa contratada deve estar aderente, no que couber, a Lei nº 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), o Decreto nº 10.936/22 (arts. 3 a 7), a Instrução Normativa SLTI/MP nº01/10 (Critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional).

A ausência de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde – RSS ambientalmente adequada pode ocasionar consequências de potencial gravoso, tais como; contaminações do solo, lençol freático e das águas superficiais, além, de contribuírem para a proliferação de inúmeros vetores transmissores. Nesta seara, considera-se imprescindível a instrumentalização de técnicas específicas durante todo o processo de manipulação desses resíduos, excluindo eventuais incidências de doenças e degradação do meio ambiente.

Recomenda-se ainda a implementação de ações que reduzam a exposição de partículas poluidoras potencialmente perigosas, que possam impactar negativamente a qualidade do ar, a saúde e ao meio ambiente, a exemplo da utilização de combustíveis menos agressivos ao meio ambiente.

Para perfazimento, deverão ser cumpridos as referidas práticas:

Aplicar critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental.

Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade abaixo discriminadas na execução dos serviços, quando couber:



a) Respeitar as Normas Brasileiras Vigentes (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre os Resíduos de serviços de Saúde – RSS.

b) Primar pela utilização de equipamentos que atendam a critérios de maior eficiência energética, redução de ruído e menor degradação ao meio ambiente;

17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO ACERCA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Sob a óptica de tratar-se de serviço essencial e ininterrupto, tendo alto potencial de degradação da saúde humana e qualidade ambiental, implicando em sérios transtornos e comprometimento do regular fluxo de coleta de Resíduos de Serviços de Saúde - RSS, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA declara viável a contratação objeto do presente prospecto, opinando-se pelo prosseguimento do feito.

O diagnóstico relativo aos custos e benefícios indica que a contratação é uma opção economicamente vantajosa, considerando os custos operacionais, investimentos em infraestrutura e a potencial eficiência trazida pela especialização de empresa a ser contratada.

Cacoal/RO, 10 de outubro de 2024.

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E REVISÃO DO PRESENTE INSTRUMENTO:

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]
TATHYANE NASCIMENTO SANTOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMMA
MATRÍCULA: 9338

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]
RAIANE FERREIRA MOREIRA
CHEFE DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO DE PROCESSOS – NFP
MATRÍCULA Nº 10300

AO QUE FOI DISCORRIDO NO PRESENTE PROSPECTO.

O SIGNATÁRIO COMPETENTE APROVA OS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES, TENDO EM VISTA QUE SE ENCONTRAM SUBSIDIADAS AS INFORMAÇÕES INERENTES A DEMANDA PLEITEADA, RESTANDO EVIDENTE SUA VIABILIDADE.

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]
EDSON VANDER LENZI KAWAI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMMA
DECRETO Nº 9.137/PMC/2023

